



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo receita de R\$ 1,700 bilhão (R\$ 1,556 bilhão em 2007). Foram sorteados 2.937 títulos (3.400 títulos em 2007), atingindo o montante de R\$ 46,902 milhões (R\$ 44,600 milhões em 2007) de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, pautada por uma política de fidelização dos clientes voltada para a qualidade no atendimento e a oferta de produtos inovadores, a Bradesco Capitalização encerrou o ano 2008 com 2.546 milhões de clientes (2.289 milhões em 2007) e uma carteira de 15.682 milhões de títulos ativos (14.313 milhões em 2007).

Dando continuidade à consolidação dos produtos tradicionais, em 2008 foram lançados os produtos Pé Quente Bradesco Pessoa Jurídica (R\$ 1.000,00 único), Pé Quente Bradesco Instituto Ayrton Senna (R\$ 30,00 mensais), Pé Quente Bradesco Amazonas Sustentável (R\$ 20,00 mensais) e Pé Quente Bradesco Amazonas Sustentável Empresarial (R\$ 20.000,00 único).

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização S.A. apresentou, no exercício, Lucro Líquido de R\$ 254.159 milhões (R\$ 252.014 milhões em 2007), representando uma rentabilidade de 89,15% sobre o Patrimônio Líquido no final do exercício.

Investimentos

Os ativos financeiros estão avaliados a valor de mercado, em atendimento à Circular SUSEP nº 356, de 20 de dezembro de 2007. Os efeitos gerados pela avaliação estão detalhados em nota explicativa específica. De acordo com o disposto nessa mesma Circular, a Bradesco Capitalização S.A. declara possuir a capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Rating

A Bradesco Capitalização S.A. atualmente possui a nota "brAAA/Estável" da Standard & Poor's e mantém-se como a única empresa do segmento de capitalização com esse rating. Contribuiu para este resultado o sólido padrão de proteção financeira e patrimonial que a Bradesco Capitalização garante aos seus clientes.

Sistema de Gestão da Qualidade

Primeira empresa de Capitalização a receber o Certificado ISO 9002, a Bradesco Capitalização manteve seu sistema de qualidade na versão ISO 9001:2000, no escopo "Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco", concedido pela Fundação Vanzolini, confirmando o princípio de possuir bons produtos e serviços e evolução permanente.

Prevenção e Combate à "Lavagem" de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização S.A., além do frequente treinamento de seus colaboradores, adota modernas ferramentas tecnológicas, sujeitas a constante aprimoramento, objetivando suportar o processo de monitoramento das diversas operações, com vistas a prevenir e combater situações caracterizadas na legislação como de "lavagem" de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

Lei de Governança Corporativa Norte-Americana Sarbanes-Oxley

A Bradesco Capitalização S.A. obteve a Certificação da Lei Americana Sarbanes-Oxley (SOX), pelo terceiro ano consecutivo. Isso representa a ratificação da efetividade e eficácia dos controles, que suportam a emissão das Demonstrações Contábeis (Seção 404).

Controles Internos

Durante o exercício, visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, em consonância com os princípios emanados pelos órgãos reguladores e em conformidade com a sistemática adotada pela Organização Bradesco.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2009.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	2008	2007		2008	2007
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.847.534.450	2.439.433.137	CIRCULANTE	2.819.070.350	2.670.355.400
Disponível	1.582.738	2.461.422	Contas a pagar	113.524.562	179.105.319
Caixa e bancos	1.582.738	2.461.422	Obrigações a pagar	7.046.305	86.310.543
Aplicações	1.787.063.939	2.378.963.958	Impostos e encargos sociais a recolher	1.803.322	916.763
Títulos de renda fixa	3.783	3.442	Encargos trabalhistas	397.379	354.885
Títulos de renda variável	312.488.478	324.953.480	Impostos e contribuições	104.277.556	91.523.128
Quotas de fundos de investimentos	1.474.571.678	2.054.007.036	Provisões técnicas - capitalização	2.705.545.788	2.491.250.081
Títulos e créditos a receber	58.887.773	58.007.757	Provisão para resgates	2.584.038.522	2.372.819.643
Títulos e créditos a receber	4.212.646	12.386.608	Provisão para sorteio	27.514.173	27.636.909
Créditos tributários e previdenciários	55.370.453	47.854.792	Outras provisões	93.993.093	90.793.529
Outros créditos	2.764.344	1.225.707	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	285.847.362	292.474.989
Provisão para riscos de créditos	(3.459.670)	(3.459.350)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	285.847.362	292.474.989
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.542.485.959	1.217.318.760	Contas a pagar	13.320.761	40.927.437
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.531.246.420	1.205.684.730	Tributos diferidos	13.320.761	40.927.437
Aplicações	1.333.012.638	1.050.271.166	Outros débitos	272.526.601	251.547.552
Títulos de renda fixa	160.242.644	116.626.715	Provisões judiciais	272.526.601	251.547.552
Quotas de fundos de investimentos	1.172.769.994	933.644.451	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	285.102.697	693.921.508
Títulos e créditos a receber	198.233.782	155.413.564	Capital social	440.000.000	137.896.921
Créditos tributários e previdenciários	56.556.698	33.733.372	Aumento (redução) de capital (em aprovação)	(290.000.000)	77.103.079
Depósitos judiciais e fiscais	141.677.084	121.680.192	Reservas de capital	-	7.138.319
PERMANENTE	11.239.539	11.634.030	Reservas de reavaliação	880.816	1.011.489
Investimentos	10.953.652	11.286.353	Reservas de lucros	161.368.212	395.166.564
Participações societárias	954.154	954.154	Ajustes com títulos e valores mobiliários	(27.146.331)	75.605.136
Imóveis destinados a renda	16.840.188	16.840.188	TOTAL	3.390.020.409	3.656.751.897
Outros investimentos	56.500.009	56.500.009			
Provisão para desvalorização	(58.167.007)	(58.167.007)			
Depreciação	(5.173.692)	(4.840.991)			
Imobilizado	274.768	308.758			
Imóveis	5.788	-			
Bens móveis	788.976	767.963			
Depreciação	(519.996)	(459.205)			
Intangível	11.119	38.919			
Outros intangíveis	22.858	38.919			
Redução ao valor recuperável	(11.739)	-			
TOTAL	3.390.020.409	3.656.751.897			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	2008	2007
Receitas líquidas com títulos de capitalização	1.695.944.529	1.567.831.014
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(1.466.046.216)	(1.378.549.298)
Despesas de comercialização	(11.527.929)	(30.164.807)
Outras receitas e despesas operacionais	604.681	11.511.598
Despesas administrativas	(50.854.992)	(50.197.765)
Despesas com tributos	(11.383.922)	(11.346.046)
Resultado financeiro	238.162.657	271.184.739
Resultado patrimonial	1.022.099	1.139.627
Resultado operacional	395.920.907	381.409.062
Resultado não operacional	(29.452)	1.083.161
Resultado antes dos impostos e participações	395.891.455	382.492.223
Imposto de renda	(94.323.815)	(95.088.190)
Contribuição social	(46.805.188)	(35.095.598)
Participações sobre o resultado	(603.388)	(294.608)
Lucro líquido do exercício	254.159.064	252.013.827
Quantidade de ações	243.171	451.623
Lucro líquido por ação - R\$	1.045,19	558,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Em reais)

	2007
Lucro líquido do exercício	252.013.827
Mais: - Depreciações e amortizações	398.428
Menos: - Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	418
a) Lucro líquido ajustado do exercício	252.411.837
Atividades operacionais	
- Aumento das aplicações	392.260.995
- Aumento dos títulos e créditos a receber	72.442.171
- Aumento do contas a pagar	(30.854.412)
- Aumento das provisões técnicas - capitalização	(184.134.212)
- Aumento de outros passivos contingentes	(11.698.843)
- Aumento de ajustes com títulos e valores mobiliários	(44.391.770)
b) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	193.623.929
Atividades de investimento	
- Recebimento pela venda de ativo permanente	3.938
- Pagamento pela compra de ativo permanente	(167.878)
c) Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(163.940)
Atividades de financiamento	
- Distribuição de dividendos	(64.321.578)
d) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64.321.578)
Diminuição nas disponibilidades (a-b+c+d)	(5.697.610)
Disponibilidades no início do exercício	8.159.032
Disponibilidades no final do exercício	2.461.422
Diminuição nas disponibilidades	(5.697.610)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em reais)

	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos de títulos de capitalização	1.699.671.896
Outros recebimentos operacionais	1.404.260
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates, sorteios e comissões	(1.426.786.525)
Pagamentos de despesas com operações de seguros, resseguros, previdência e capitalização	(4.401.624)
Pagamentos de despesas e obrigações	(59.945.262)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(205.395)
Outros pagamentos operacionais	(4.530.740)
Recebimentos de juros e dividendos	14.886.685
Constituição de depósitos judiciais	(9.115.563)
Resgates de depósitos judiciais	226.328
Pagamentos de participações nos resultados	(365.737)
Caixa gerado pelas operações	210.838.323
Impostos e contribuições pagos	(135.714.973)
Investimentos financeiros:	
Aplicações	(2.742.947.716)
Vendas e resgates	3.287.000.683
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	619.176.317
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Pagamento pela compra de ativo permanente	(50.951)
Imobilizado e intangível	(50.951)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(50.951)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Distribuição de dividendos	(330.004.050)
Redução de capital	(290.000.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(620.004.050)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(878.684)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.461.422
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.582.738
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(878.684)
Ativos livres no início do exercício	848.484.371
Ativos livres no final do exercício	388.854.950
Redução nas aplicações financeiras - recursos livres	(459.629.421)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

	Capital social	Aumento (redução) de capital (em aprovação)	Reservas de capital	Reservas de reavaliação Imóveis	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	17.896.921	120.000.000	7.138.319	1.054.080	31.421.383	248.655.774	31.213.366	457.379.843
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP nº 623 de 09/01/2007	120.000.000	(120.000.000)	-	-	-	-	-	-
AGO/AGE de 29/03/2007	-	77.103.079	-	-	(17.882.241)	(59.220.838)	-	-
Reserva de reavaliação: Realização	-	-	-	(42.591)	-	-	42.591	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	44.391.770	-	44.391.770
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	252.013.827	252.013.827
Dividendos propostos (R\$ 132,55 por ação)	-	-	-	-	-	-	(59.863.932)	(59.863.932)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(192.192.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	137.896.921	77.103.079	7.138.319	1.011.489	26.139.833	369.026.731	75.605.136	693.921.508
Saldos em 1º de janeiro de 2008	137.896.921	77.103.079	7.138.319	1.011.489	26.139.833	369.026.731	75.605.136	693.921.508
Aumento (redução) de capital:								
AGO/AGE de 28/03/2008	-	21.000.000	-	-	-	(21.000.000)	-	-
AGO/AGE de 22/04/2008	-	204.000.000	(7.138.319)	-	(13.539.144)	(183.322.537)	-	-
AGO/AGE de 28/04/2008	-	(290.000.000)	-	-	-	-	-	(290.000.000)
Portaria SUSEP nº 749 de 14/12/2007	77.103.079	(77.103.079)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 837 de 25/08/2008	21.000.000	(21.000.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 861 de 06/10/2008	204.000.000	(204.000.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização	-	-	-	(40.333)	-	-	40.333	-
Encargo tributário diferença alíquota CSLL	-	-	-	(90.340)	-	-	-	(90.340)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(102.751.467)	-	(102.751.467)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	254.159.064	254.159.064
Dividendos antecipados (R\$ 310,29 por ação)	-	-	-	-	-	(140.136.068)	-	(140.136.068)
Dividendos antecipados (R\$ 534,60 por ação)	-	-	-	-	-	-	(130.000.000)	(130.000.000)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	-	-	-	12.707.953	111.491.444	(124.199.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	440.000.000	(290.000.000)	-	880.816	25.308.642	136.059.570	(27.146.331)	285.102.697

As notas explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

1. Contexto operacional
A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, bem como com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela SUSEP e CNSP, quando aplicável, estão sendo apresentados segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 379, divulgada em 19 de dezembro de 2008, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração de resultados e excluindo a demonstração de origens e aplicações de recursos, incluindo a demonstração de fluxo de caixa. Em decorrência, alguns dos saldos e valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, anteriormente publicado, foram reclassificados com o objetivo de proporcionar melhores condições de comparabilidade e sua adoção não resulta em alterações significativas em comparação ao exercício anterior (Nota 17(c)).

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo

(i) Aplicações
Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:
I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.
Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Demais ativos
Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. A Empresa constitui provisão para riscos de créditos em montante julgado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização de créditos a receber. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

(c) Operações de arrendamento mercantil
A Empresa realizou levantamento e análise dos contratos de aluguel vigentes e não foram identificados contratos com características de arrendamento mercantil.

(d) Permanente

(i) Investimentos
Apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização.
Os imóveis destinados a renda estão demonstrados pelo custo de aquisição e deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 4%. Os imóveis foram reavaliados de forma compulsória em 1998 por força das disposições das Circulares SUSEP nº 7/1997 e 50/1998, vigente à época da reavaliação.
A provisão para desvalorização refere-se, substancialmente, a valores relativos a incentivos fiscais.

(ii) Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: máquinas, móveis e utensílios - 10% a.a. e equipamentos de computação - 20% a.a.

(iii) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Empresa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
Os ativos intangíveis são revisados caso ocorram eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que o valor contábil dos ativos não possa ser recuperado, sendo nesse caso sua baixa reconhecida imediatamente no resultado, e é composto basicamente por *Softwares*.
São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada de 20% a.a., a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidas como ativo somente quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao *software*, que são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (Impairment)
Anualmente passou a ser feito teste de perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado. Os valores de contabilização dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. Não houve efeito relevante em 2008 pela adoção desse procedimento.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação (ii)	867.887.782	1.437.624	149.473.480	99.724.355	1.118.523.241	1.118.523.241	-
Certificado de depósito bancário	-	-	147.974.166	-	147.974.166	147.974.166	-
Letras financeiras do tesouro	364.146.264	1.437.624	1.499.314	90.297.497	457.380.699	457.380.699	-
Notas do tesouro nacional	3.269.083	-	-	-	3.269.083	3.269.083	-
Debêntures	460.574.013	-	-	9.426.858	470.000.871	470.000.871	-
Ações	1.462.522	-	-	-	1.462.522	1.462.522	-
Quotas de fundo de investimento	38.435.900	-	-	-	38.435.900	38.435.900	-
Títulos disponíveis para venda	360.657.885	-	-	116.171.123	476.829.008	522.072.893	(45.243.885)
Ações	312.488.478	-	-	-	312.488.478	357.709.085	(45.220.607)
Fundo de investimento imobiliário Panamby	48.165.624	-	-	-	48.165.624	48.165.624	-
Debêntures	3.783	-	-	116.171.123	116.174.906	116.198.184	(23.278)
Títulos mantidos até o vencimento	101.249.921	206.632.892	-	1.216.841.515	1.524.724.328	1.524.724.328	-
Notas do tesouro nacional	-	206.632.892	-	1.172.769.994	1.379.402.886	1.379.402.886	-
Debêntures	-	-	-	44.071.521	44.071.521	44.071.521	-
Letras financeira do tesouro	101.249.921	-	-	-	101.249.921	101.249.921	-
Total em 2008	1.329.795.588	208.070.516	149.473.480	1.432.736.993	3.120.076.577	3.165.320.462	(45.243.885)
Total em 2007	1.147.310.507	122.907.961	205.518.850	1.953.497.806	3.429.235.124	3.314.681.887	114.553.237

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais.
(ii) Os títulos para negociação são classificados no curto prazo independente do prazo de vencimento.

Em relação aos títulos "mantidos até o vencimento", o valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado no montante de R\$ 29.711.107 (R\$ 8.668.304 em 2007).
O valor de mercado das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira, e se aproximam do seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA. Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores.

(c) Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa não possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, (R\$ 16.389.177 em 2007 posição vendida) como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa minimizar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANDIMA e Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da ANBID. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&F, bem como na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco através do *Value at Risk* (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

5. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

(a) Ativo circulante
Referem-se, basicamente, aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, nos valores de R\$ 9.551.934 (R\$ 4.148.799 em 2007) e R\$ 8.975.774 (R\$ 7.874.876 em 2007), FINSOCIAL a compensar no valor de R\$ 4.219.614 (R\$ 4.074.815 em 2007), PIS a compensar sobre a receita operacional bruta, recolhido nos termos dos Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988 naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/1970, no valor de R\$ 25.235.328 (R\$ 24.369.362 em 2007), e PIS – Repique a compensar no valor de R\$ 7.373.944 em 2008 e 2007.

(b) Ativo realizável a longo prazo
Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 38.075.252 (R\$ 27.512.456 em 2007) e R\$ 18.481.446 (R\$ 6.220.916 em 2007), respectivamente, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a diferenças temporárias.
Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

	2009	2010	2011
Previsão de realização - %	27,87	14,51	57,62
O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 48.556.173.			
(c) Passivo exigível a longo prazo			
Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes a ajustes de títulos e valores mobiliários, reserva de reavaliação de imóveis e atualização monetária de depósito judicial, equivalentes a R\$ 8.325.476 (R\$ 30.098.965 em 2007), e R\$ 4.995.285 (R\$ 10.828.472 em 2007), respectivamente.			
6. Depósitos judiciais e fiscais	2008	2007	
IR e CSLL	132.782.612	112.347.602	
ILL	3.761.848	3.761.848	
Plano Verão	2.550.036	2.359.739	
FINSOCIAL	1.020.463	1.020.463	
Trabalhistas	351.946	457.462	
CPMF	-	522.666	
Outros	1.210.179	1.210.412	
	141.677.084	121.680.192	

	Imóveis (*)	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008	-	244.240	89.115	333.355
Aquisição	-	24.747	15.284	40.031
Alienação	-	-	(3.796)	(3.796)
Depreciação	-	(49.448)	(11.384)	(60.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	-	219.539	89.219	308.758
Custo total	-	605.700	162.263	767.963
Depreciação acumulada	-	(386.161)	(73.044)	(459.205)
Valor residual	-	219.539	89.219	308.758
Saldos em 1º de janeiro de 2008	-	219.539	89.219	308.758
Aquisição	5.788	8.711	12.302	26.801
Depreciação	(386)	(48.411)	(11.994)	(60.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	5.402	179.839	89.527	274.768
Custo total	5.788	614.411	174.565	794.764
Depreciação acumulada	(386)	(434.572)	(85.038)	(519.996)
Valor residual	5.402	179.839	89.527	274.768

(*) Refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme circular SUSEP nº 356/2007 e Carta-Circular DECON/GAB nº 003/2008.

(f) Passivos circulante e não circulante - exigível a longo prazo

(i) Provisões técnicas
As provisões para resgates e para sorteios são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP.
A provisão para resgates de títulos vencidos, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos já vencidos, porém não resgatados, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.
A provisão para resgates de títulos antecipados, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos com resgate solicitado e que ainda estão cumprindo carência, ou serão pagos aos clientes no mês seguinte e títulos com resgate solicitado cujo valor não foi retirado pelos clientes, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.
A provisão para contingências, apresentada na rubrica "Outras provisões", é calculada sobre o valor nominal de alguns planos com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, e sua constituição tem por objetivo garantir a manutenção das obrigações diante de imprevistos que possam vir a ocorrer em um determinado plano. A provisão administrativa, também apresentada na rubrica Outras provisões, foi constituída para cobrir despesas administrativas dos planos.
As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses.

(ii) Demais passivos
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 para o exercício, e para contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 15% (até 30 de abril de 2008 à alíquota de 9%). A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro e de seguros e de capitalização foi determinada pela Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.
De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos Artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da Pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Referência - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005.

(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados e obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(h) Apuração do resultado
As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.
As despesas com colocação de títulos, classificadas como "Despesas de comercialização", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. As despesas de corretagem são registradas quando do efetivo recebimento das contribuições aos planos de capitalização. Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que os mesmos se realizam.

(i) Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido, provisão para desvalorização, depreciação, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

	2008	%	2007	%
Títulos para negociação	1.118.523.241	35,85	1.982.440.733	57,81
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.116.986.365	35,80	1.849.011.331	53,92
Títulos de renda variável - fundos de investimento	1.536.876	0,05	133.429.402	3,89
Títulos disponíveis para venda	476.829.008	15,28	487.609.863	14,22
Títulos de renda fixa - debêntures	116.174.906	3,72	116.630.157	3,40
Títulos de renda variável - ações resgatáveis	312.488.478	10,02	324.953.480	9,48
Títulos de renda fixa - fundo de investimento imobiliário	48.165.624	1,54	46.026.226	1,34
Títulos mantidos até o vencimento	1.524.724.328	48,87	959.184.528	27,97
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	1.480.652.807	47,46	959.184.528	27,97
Títulos de renda fixa - debêntures	44.071.521	1,41	-	-
	3.120.076.577	100,00	3.429.235.124	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimento. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimento abertos foram considerados com base no percentual de participação da Empresa no fundo.

	2008	2007
8. Intangível		
Saldos em 1º de janeiro de 2008	38.919	
Aquisição	24.150	
Redução ao valor recuperável	(11.739)	
Baixa	(34.229)	
Amortização	(5.982)	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	11.119	
Custo total	30.950	
Amortização acumulada	(8.092)	
Redução ao valor recuperável	(11.739)	
Valor residual	11.119	

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
9. Transações com partes relacionadas		
a) Transações com controladores e controladas		
Disponibilidades		
Banco Bradesco S.A.	69.106	-
Valores a receber		
Bradesco Saúde S.A.	(1)	385.000
Atlântica Capitalização S.A.		2.169
Valores a pagar		
Bradesco Seguros S.A.	(1.678.685)	-
Receita com aluguel		
Banco Bradesco S.A.	-	1.354.800
Despesas com aluguéis		
Brescía Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(116.637)
Reno Holdings Ltda.	-	(22.298)
Outras despesas		
Banco Bradesco S.A.	(3)	(13.476)
Rateio das despesas administrativas		
Bradesco Seguros S.A.	(4)	-
		(14.772.469)
Em 2008	(1.222.410)	(13.570.080)
Em 2007	(56.834.564)	(13.382.473)

(1); 2; 4) O rateio das despesas administrativas compartilhadas efetuado através de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.
(3) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
· O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
· A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.
Em 2008, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.500.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2008	2007
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	1.224.000	
Gratificações	1.650.943	
Encargos sociais	876.857	
Total	3.751.800	
Benefícios pós-emprego		
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.500.000	
Total	1.500.000	

A Empresa não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

</



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em reais)

(b) Movimentação	2008	2007
Saldos em 1º de janeiro	2.491.250.081	2.307.115.869
(+) Constituições	1.515.867.861	1.413.641.730
(-) Resgates/Sorteios	(1.466.046.216)	(1.378.549.298)
(+/-) Atualização monetária e juros	164.474.062	149.041.780
Saldos em 31 de dezembro	2.705.545.788	2.491.250.081

11. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2008	2007
Ações	166.725.051	217.630.009
Títulos de renda fixa	2.564.496.576	2.229.691.342
Títulos de renda variável	-	133.429.402
Imóveis	10.238.404	10.499.328
	2.741.460.031	2.591.250.081

12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

As principais questões são:

. CSLL - alíquotas diferenciadas - ECR nº 01/1994 e EC nº 10/1996 - R\$ 82.336.934 (R\$ 79.359.498 em 2007) - questionamento da CSLL exigida das companhias seguradoras, nos anos-base de 1995 e 1996 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia.

. CSLL - empresas sem empregados - R\$ 98.927.860 (R\$ 94.931.767 em 2007) - pleiteia o não recolhimento da CSLL dos anos-base de 1996 a 1998 - anos nos quais a empresa não possuía empregados, uma vez que o artigo nº 195, I, da Constituição prevê que essa contribuição somente é devida pelos empregadores.

. CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 77.947.777 (R\$ 63.026.447 em 2007) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas decorrentes de curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado do exercício.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
No início do exercício	250.091.872	486.397	969.283	251.547.552
Constituições	9.115.563	1.209	373.198	9.489.970
Reversões	(522.665)	(218.403)	(992.782)	(1.733.850)
Atualização monetária	13.222.929	-	-	13.222.929
No final do exercício de 2008	271.907.699	269.203	349.699	272.526.601

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 243.171 (451.623 em 2007) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A Administração irá propor em Assembleia Geral o aumento do capital social em montante equivalente à parcela das reservas de lucros que exceder o valor do capital da Empresa ao final do exercício de 2008.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	254.159.064	252.013.827
Constituição da reserva legal	(12.707.953)	(12.600.691)
Realização de reservas:		
Realização de reavaliação	40.333	42.591
Base de cálculo dos dividendos	241.491.444	239.455.727
Dividendos propostos no exercício	-	59.863.932
Dividendos antecipados	130.000.000	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	53,83%	25,00%

(b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2007, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 77.103.079, mediante a capitalização do saldo das contas Reserva de lucros - reserva legal de 2004 - R\$ 1.393.232; Reserva de lucros - reserva legal de 2005 - R\$ 16.489.009; Reserva de lucros - reserva estatutária de 2005 - R\$ 55.691.038 e de parte do saldo de Reserva de lucros - reserva estatutária de 2006 - R\$ 3.529.800, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 749, de 14 de dezembro de 2007.

(ii) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2008, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 21.000.000, mediante a capitalização de parte do saldo das contas Reserva de lucros - reserva estatutária de 2006, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 837, de 25 de agosto de 2008.

(iii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2008, o acionista da Empresa deliberou, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 204.000.000, mediante a capitalização do saldo das contas Reserva de capital - reserva de doações e subvenções para investimentos - R\$ 7.138.319; Reserva de lucros - reserva legal - R\$ 13.539.144; e parte do saldo da conta Reserva de lucros - reserva estatutária - R\$ 183.322.537, sem emissão de ações. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 861, de 06 de outubro de 2008.

(iv) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2008, o acionista da Empresa deliberou a redução de capital no montante de R\$ 290.000.000, com cancelamento de 208.452 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 935, de 03 de fevereiro de 2009.

(c) Reserva de reavaliação

Nos termos do art 6º, capítulo 22 da Lei 11.638/2007, a Empresa optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

(d) Reserva legal

Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(e) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

14. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Receitas líquidas com títulos de capitalização

	2008	2007
Receita bruta com título de capitalização	1.710.538.136	1.566.727.042
Deduções sobre a receita bruta	(10.866.240)	(10.437.222)
Variação das provisões técnicas	(3.727.367)	11.541.194
	1.695.944.529	1.567.831.014

(b) Despesas com títulos resgatados e sorteados

	2008	2007
Despesas com resgates	(1.419.144.334)	(1.333.948.817)
Despesas com sorteios	(46.901.882)	(44.600.481)
	(1.466.046.216)	(1.378.549.298)

(c) Despesas de comercialização

	2008	2007
Despesas de colocação	(84.188)	(90.931)
Despesas de corretagem	(1.368.767)	-
Despesas de custeamento de vendas	(4.693.342)	(4.966.424)
Outras despesas de comercialização - campanha de incentivos	(5.381.632)	(25.107.452)
	(11.527.929)	(30.164.807)

(d) Outras receitas e despesas operacionais	2008	2007
Receitas com resgate de títulos	17.273	73.280
Reversão (constituição) de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	836.778	11.438.318
Outras despesas operacionais	(249.370)	-
	604.681	11.511.598

(e) Despesas administrativas

	2008	2007
Despesas com pessoal próprio	(14.312.023)	(12.673.625)
Despesas com serviços de terceiros	(10.230.086)	(7.019.406)
Despesas com localização e funcionamento	(14.311.337)	(14.553.514)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(6.923.911)	(10.925.444)
Despesas com publicações	(1.058.950)	(1.186.589)
Despesas com donativos e contribuições	(3.406.765)	(3.408.349)
Outras despesas administrativas	(6.119.920)	(430.838)
	(50.854.992)	(50.197.765)

(f) Despesas com tributos

	2008	2007
Despesas com PIS	(1.523.662)	(1.500.535)
Despesas com COFINS	(9.376.379)	(9.272.709)
Taxa de fiscalização	(426.946)	(428.146)
Outras despesas com tributos	(56.935)	(144.656)
	(11.383.922)	(11.346.046)

(g) Resultado financeiro

(i) Receitas financeiras

	2008	2007
Receitas com fundos de investimentos	371.334.250	373.913.179
Receitas com títulos de renda fixa	325.741	-
Receitas com títulos de renda variável	60.967.938	60.697.539
Receita com atualização monetária de créditos tributários	6.397.558	6.265.481
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.255.246	4.951.576
Outras receitas financeiras	32.614	414.728
	445.313.347	446.242.503

(ii) Despesas financeiras

	2008	2007
Despesas com títulos de renda variável	(23.635.354)	-
Despesas financeiras com renda fixa	(170.942)	-
Despesas financeiras eventuais - juros	(1.566.154)	(1.931.094)
Tributação sobre operações financeiras	(3.916.928)	(3.873.038)
Atualização monetária contingências passivas	(13.222.929)	(12.191.459)
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(164.474.062)	(149.041.780)
Despesas com CPMF	(22.657)	(7.975.403)
Outras despesas financeiras	(141.664)	(44.990)
	(207.150.690)	(175.057.764)
	238.162.657	271.184.739

(h) Resultado patrimonial

	2008	2007
Aluguel	1.354.800	1.472.328
Depreciação	(332.701)	(332.701)
	1.022.099	1.139.627

(i) Resultado não operacional

	2008	2007
Reversão (constituição) de provisões	(321)	184.484
(Prejuízo) lucro na alienação do permanente	(34.229)	418
Outras receitas, basicamente regularização de conciliações	5.098	898.259
	(29.452)	1.083.161

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e a despesa contabilizada em resultado são como seguem:

	2008	2007
Resultado antes de impostos e participações	395.891.455	382.492.223
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(158.356.582)	(130.047.356)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Participação no lucro	241.355	100.167
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	7.699.548	-
Receitas não tributáveis, líquidas das despesas indedutíveis	5.963.936	460.400
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	91.014	(2.398.805)
Outros valores	3.231.726	1.701.806
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(141.129.003)	(130.183.788)

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos setores financeiro e seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas; e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

16. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é igual ao patrimônio líquido contábil.

17. Outras informações

(a) A Empresa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores da Empresa são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

A contribuição para o plano durante o exercício de 2008 montou a R\$ 1.582.829 (R\$ 1.378.447 em 2007), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 27.232.105 (R\$ 23.031.307 em 2007), sendo: benefícios concedidos - R\$ 14.480.577 (R\$ 12.329.739 em 2007); benefícios a conceder - R\$ 12.751.528 (R\$ 10.701.568 em 2007).

Além desse benefício, a Empresa oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 02 de fevereiro de 2009.

(c) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social de 31 de dezembro de 2008.

A Empresa e demais empresas do Grupo estão adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008. Destacamos a seguir as principais práticas contábeis modificadas pela nova Lei:

- O ativo não circulante passa a contemplar o subgrupo "Intangível" e inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o *goodwill* adquirido relativo às empresas incorporadas. Os valores classificados nessa nova rubrica já estão apresentados no balanço patrimonial de 2008;
- O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade. Não houve efeitos decorrentes dessa nova definição;
- O conceito de Ajuste a Valor Presente previsto pela Lei nº 11.638/2007 não se aplica para as operações de seguros, resseguros, previdência e capitalização conforme art. 4º da Circular SUSEP nº 379/2008. Não obstante, a Administração efetuou análise e concluiu que essas operações, bem como as demais operações realizadas pela Empresa, já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização. Dessa forma, o Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo, não ocasionou ajustes para a Empresa;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. A Administração efetuou análise e os valores registrados em 31 de dezembro de 2008 nessas contas não apresentaram ajustes significativos passíveis de registro contábil;
- Eliminação da possibilidade de reavaliação do ativo imobilizado;
- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais e excluída da base de dividendos mínimos obrigatórios;
- Introdução de demonstração do fluxo de caixa, nos termos do Pronunciamento CPC 03. Consoante determinação da SUSEP essa demonstração será feita pelo método direto, ficando dispensada de apresentar a demonstração do ano anterior para fins de comparabilidade; e
- Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Bradesco Capitalização S.A., pela adoção da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, não foram relevantes.

(d) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2008 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, foram publicadas nesta mesma data na Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio, Diário do Comércio e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Luiz Carlos Trabuco Cappi	- Diretor-Presidente	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Norton Glabes Labes	- Diretor-Geral de Capitalização	Atuário - MIBA nº 809
Samuel Monteiro dos Santos Júnior	- Diretor	
Marcos Suryan Neto	- Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor	Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP
Ricardo Alahmar	- Diretor	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	- Diretor	

PARECER ATUARIAL

À Diretoria e aos Acionistas da Bradesco Capitalização S.A.

1. Realizamos a Avaliação Atuarial da Bradesco Capitalização S.A. com base em 31 de dezembro de 2008, conforme estabelecido na Circular SUSEP n.º 272/200